

3.10.88

**A**o primeiro exame, a economia brasileira está desmoronando. Um exame mais atento revelará que não é bem assim. Por exemplo, nossas últimas safras agrícolas foram as maiores da história e nunca tivemos tão grandes saldos em nossa balança comercial. O Tesouro, é certo, está pesadamente endividado, dentro e fora do país, mas, já que dispomos de saldos tão vultosos e de safras tão pingues, esse endividamento não nos devia levar ao pânico.

Aprofundando mais o exame, veremos que as coisas não são tão simples, visto como acontece que quem está endividado é o Tesouro do Estado, ao passo que são empresários privados os detentores da safra e dos saldos. Até que o Estado descubra meios de imitir-se na posse dos necessários cruzados para comprar os excedentes de produtos agrícolas e das divisas ganhas pela exportação. Cruzados que devem ser ganhos regularmente pelo governo, não emitidos. Esta seria uma falsa solução, porque traria —ou está trazendo— a hiper-inflação em seu bojo.

A liquidez do sistema está em poder do setor privado. Por isso é que venho persistentemente propondo a privatização dos serviços de utilidade pública, mas, sob os mais especiosos argumentos, esta solução tão óbvia, vem sendo recusada, na prática, mesmo quando aceita em palavras. "Verba volant".

As alternativas à privatização dos serviços de utilidade pública vão sendo esgotadas, mas esse esgotamento é um processo doloroso e está sendo desconcertantemente demorado. Essa demora é o preço que pagamos pelo pouco conhecimento que temos da economia brasileira. Assim, um passo que deveria ter sido previsto, antes mesmo que a crise se pronunciasse, vai afinal ser dado, mas como resultado da liquidação das falsas alternativas.

A primeira dessas alternativas parece estar numa reforma fiscal, que devolvesse a participação do Estado no PIB ao nível dos anos de

ouro, isto é, dos "anos de milagre". (Ah! Se fosse possível reduzir a evasão fiscal, aumentar as alíquotas...) Não nos apercebemos de que a participação do Tesouro no dividendo nacional é realmente participação do excedente social, isto é, da mais valia, a qual declina pelo simples fato de fermos entrado na fase "b" do ciclo, isto é, na recessão. Declinando o excedente, declina também a quota desse excedente que toca ao Tesouro.

Porque o governo não emite dinheiro? Isso ele o vem fazendo. Numa economia moderna, como, apesar de tudo, já começa a ser a nossa, o conceito de dinheiro tende a tornar-se elástico e, ao lado do dinheiro propriamente dito —o papel da moeda em poder do público e os depósitos à vista— temos várias encarnações do quase dinheiro, sujeitas às mesmas leis que governam a circulação monetária, embora com diferentes velocidades de circulação. A dívida interna é, toda ela, dinheiro emitido, embora um dinheiro de menor velocidade de circulação, o que admite, no membro monetário da equação de trocas uma quantidade maior. (Maior, mas não ilimitada.) Encontrado o limite específico, a taxa de juros tende a elevar-se, tornando-se intolerável. A certa altura, mesmo à altíssima taxa de juros, o rolamento da dívida torna-se impraticável, isto é cruzamos a barreira da hiperinflação.

Parece que há certa tendência agora a comprar a liquidez do setor privado da economia, alienando para dito setor o saldo da balança em contas correntes do comércio exterior. É a solução "Cumbica", isto é, dariamos um passo adiante no desmantelamento da nossa aduana vale dizer, nas barreiras que delimitam nossa economia nacional. O primeiro passo nessa direção são as chamadas ZPEs... Como se fosse possível administrar a economia brasileira sem alfândega.

Com efeito, imitado na posse dos dólares correspondentes ao saldo em contas correntes do comércio exterior, o empresário privado transferiria para suas contas no exterior,

com o plausível destino final de financiamento do déficit do Tesouro do governo dos Estados Unidos e, por essa via do absurdo, superar-mamentismo norte-americano.

A alternativa a essa ~~alternativa~~ seria o financiamento do aumento das nossas importações. Noutras palavras, estaríamos financiando o "dumping" de nossa própria economia, pela compra no exterior de coisas que já podemos produzir. Por outras palavras, estaríamos promovendo uma exacerbação de nossa própria recessão, isto é, deprimindo o dividendo nacional, a parcela correspondente ao excedente econômico e, por essa via, aumentando o déficit das finanças públicas.

A destinação lógica para os saldos em contas correntes do nosso comércio exterior —cuja primeira expressão é o saldo de dois terços da receita de exportação— é o serviço da dívida. E isso o que nos convém, até porque somente assim reservaremos mercado para a indústria pesada que estivermos criando. Acresce que somente assim estaremos em condições de negociar em posição de força com os credores externos. Isso mesmo que julgávamos estar fazendo, no ano passado, com aquela infável moratória, que, pondo em evidência, não a nossa força, que não tínhamos e que é imprescindível a toda verdadeira moratória, mas nossa debilidade, não poderia passar de um jogo de faz-de-conta. Os juros foram capitalizados, como devia ser óbvio, desde o começo, que deveria acontecer.

Ao governo fazem falta cruzados, para com eles comprar os dólares ganhos pelos exportadores, colocando-se assim em posição de força para tratar com os credores externos, mas somente ao diabo ocorreria usar os dólares ganhos para, na melhor hipótese, financiar o "dumping" de nossa própria economia.

Com efeito, esses cruzados devem ser pagos no processo de reativar, não no de deprimir ainda mais a nossa economia nacional.

IGNÁCIO M. RANGEL, 75, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

destinação